

PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

BODY ADVENTURE PRACTICES IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION

Evandro Antonio Corrêa - Faculdades Integradas de Jaú - FIJ <https://orcid.org/0000-0002-0185-6674>

Resumo:

Este artigo teve como premissa as inquietações e reflexões referente as práticas corporais de aventura (PCA) na Educação Física e um olhar, dentre vários outros, conceitual e de suas vivências dentro do ambiente escolar. À vista disso, este texto objetivou apresentar algumas considerações pertinentes à formação, intervenção profissional e a inserção das práticas corporais de aventura – urbanas e na natureza – na Educação Física no contexto do Ensino Médio. Quanto ao tipo e caráter de pesquisa realizada trata-se de uma retextualização da palestra ministrada no curso de extensão “Possibilidades e desafios da Educação Física no Ensino Médio” do Programa de Residência Pedagógica do curso de Educação Física e Grupo de Estudo e Pesquisa Arte em Movimento (GEPAM) da Universidade Estadual de Roraima (UERR), com aporte e embasamento teórico. Com base na literatura compreende-se a relevância na sociedade contemporânea em trazer para o debate as PCA nas aulas de Educação Física e a sua vivência por estudantes do Ensino Médio. Assim como compreender a vivência das PCA e as possibilidades nos espaços públicos e privados em ambientes naturais e urbanos. Nesse sentido, sugere-se alguns exemplos de PCA na escola, com ênfase no Ensino Médio como possibilidade de reflexão e vivência pelos estudantes. Conclui-se que é possível promover as PCA na escola, permitindo aos estudantes explorar e expandir o repertório de vivências perante a multiplicidade de atividades da cultura corporal do movimento, além do comprometimento ético-ambiental, com a Educação Ambiental e Sustentabilidade no exercício da cidadania e seu protagonismo.

Palavras-chave: Atividade de aventura; Educação Física; Escola; Ensino Médio.

Abstract:

This article had as a premise the concerns and reflections regarding the corporal practices of adventure (PCA) in Physical Education and a look, among many others, conceptual and of their experiences within the school environment. In view of this, this text aimed to present some considerations relevant to training, professional intervention and the insertion of adventure body practices – urban and in nature – in Physical Education in the context of High School. As for the type and character of the research carried out, it is a “retextualization” of the lecture given in the extension course “Possibilities and challenges of Physical Education in High School” of the Pedagogical Residency Program of the Physical Education course and Study and Research Group Art in Movement (GEPAM) of the State University of Roraima (UERR), with contribution and theoretical basis. Based on the literature, the relevance in contemporary society of bringing PCA in Physical Education classes and its experience by high school students to the debate is understood. As well as understanding the experience of PCA and the possibilities in public and private spaces in natural and urban environments. In this sense, some examples of PCA at school are suggested, with emphasis on high school as a possibility for reflection and experience by students. It is concluded that it is possible to promote the

PCA at school, allowing students to explore and expand the repertoire of experiences in the face of the multiplicity of activities of the body culture of the movement, in addition to the ethical-environmental commitment, with Environmental Education and Sustainability in the exercise of citizenship and its role.

Keywords: Adventure activity; Physical Education; School; High school.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como premissa as inquietações e reflexões realizadas nas últimas duas décadas referente à formação profissional e a inserção das atividades de aventura nos currículos de formação inicial em Educação Física (licenciatura e bacharelado) que emergiram a partir da intervenção profissional e dos estudos proporcionados durante o mestrado.

Nesse contexto, surgiu o convite para participar do rol de ações e palestras do curso de extensão intitulado “Possibilidades e desafios da Educação Física no Ensino Médio” do Programa de Residência Pedagógica do curso de Educação Física e Grupo de Estudo e Pesquisa Arte em Movimento (GEPAM) sob liderança da Professora Doutora Nilza Coqueiro Pires de Sousa - Universidade Estadual de Roraima (UERR).

Como proposta foi proferida a palestra “Práticas Corporais de Aventura na Educação Física escolar”, com o objetivo de apresentar algumas das possibilidades dessas atividades dentro do contexto escolar, mais especificamente, no Ensino Médio.

Cabe destacar que no cenário educacional as Práticas Corporais de Aventura (PCA) ainda são vista com desconfiança, dado as questões que envolvem o risco e a segurança das crianças e adolescentes, até mesmo por falta de informações e conhecimento desse rol de atividades pelo gestor escolar, alunos, responsáveis e pelos próprios professores de Educação Física. Conforme pontua Inácio *et al.* (2016) e Inácio (2021) tais práticas corporais carregam em si um ‘risco’ à saúde do/a praticante, e isto é visto como um dos muitos obstáculos à sua inserção no meio escolar, além da forte presença de tal risco no imaginário social, o que leva a uma resistência de pais/mães, professores/as, membros da gestão escolar etc.

Para escrita desse texto utilizou-se da transcrição e retextualização, entendendo que “transcrever a fala é passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base numa série de procedimentos convencionalizados”, já a retextualização, não é um processo mecânico uma vez que “a passagem da fala para a escrita não se dá naturalmente no plano dos processos de textualização” (MARCUSCHI, 2001, p. 49-46).

Portanto, para esse autor, trata-se “de um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem compreendidos da relação oralidade-escrita”. E por fim, houve aporte da literatura referente a temática para construção do presente artigo.

Assim, neste momento a ideia é trazer para o debate um olhar, dentre vários outros, que aborda conceitualmente as PCA, tal como suas possibilidades dentro do ambiente escolar – tendo em vista as orientações contidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – e caminhar para alguns exemplos no âmbito da Educação Física Escolar com ênfase voltado para o Ensino Médio, contudo, isso não impede que estas atividades sejam aplicadas e adaptadas para outras etapas de ensino.

PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Deste modo, pensar as PCA nos diferentes ambientes (terra, água e/ou ar), no meio natural ou urbano como, por exemplo, o rapel, o *rafting*, corrida de aventura, paraglider, surfe, *skate*, *parkour*, entre outros, são pouco exploradas seja no contexto do lazer, esportivo (rendimento/competitivo) e educacional. Destacando que Países da América Latina como a Costa Rica promovem mais as PCA que o Brasil, o qual tem uma dimensão territorial maior com uma gama de locais para a vivência/prática/experimentação de atividades de aventura que podem ser das mais simples as mais complexas.

As PCA na atualidade são um dos possíveis lócus de atuação para o profissional de Educação Física, porém não é exclusividade desse profissional, podendo ter a atuação de biólogos, geógrafos, entre outros. Todavia, urge a necessidade de estudar e aprofundar a temática no contexto escolar e fora dele, a partir de propostas que visem à reflexão/ação/reflexão/ação ..., ou seja, um conhecimento em espiral com a intenção de absorver e transferir saberes adquiridos por meio de estudos/pesquisas e experiências referente às PCA.

Assim, o profissional de Educação Física, como um dos intermediadores dessas atividades, necessita ter a consciência de suas atitudes e funções, compreendido num contexto inter, multi e transdisciplinar, bem como o entendimento do retorno do homem a natureza e, ainda, como colocam Betrán e Betrán (1995) a classificação dessas atividades derivam de uma seleção de critérios distribuídos em cinco grupos: 1) o entorno

físico, 2) o entorno pessoal, 3) as atividades em si, 4) uma qualificação meio ambiental e 5) o entorno social.

É preciso, segundo Corrêa, Lima e Delgado (2022, p. 285), “alertar o leitor que há uma diversidade de nomenclaturas e abordagens referente a temática aqui proposta, estudada por uma gama de autores”. Na literatura verificamos diferentes pesquisadores que se debruçam para compreender essas atividades como, por exemplo, Betrán (1995), Serrano (2000), Bruhns (2003), Marinho (2003), Uvinha (2005), Schwartz (2004), Betrán e Betrán (2006), Pereira, Armbrust e Ricardo (2008).

Identificamos também uma diversidade de nomenclaturas dentro desse campo, como: atividade de aventura (MARINHO; SCHWARTZ, 2005); atividade física de aventura na natureza (BETRÁN, 1995); práticas corporais de aventura na natureza (INÁCIO, 2014; INÁCIO *et al.* 2016); esporte na natureza (MUNSTER, 2004), esportes radicais (UVINHA, 2001) etc., e por fim, a terminologia adotada pela BNCC é práticas corporais de aventura, como veremos mais adiante.

Sobre o assunto Corrêa e Delgado (2021) realizaram uma pesquisa, de âmbito nacional, que objetivou identificar nos currículos dos cursos de formação inicial em Educação Física a disciplina atividades/esportes de aventura, nas Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas do Brasil, onde apresentam um levantamento dessa diversidade, além de outras informações relevantes sobre a temática.

Segundo Corrêa e Delgado (2021) foram identificadas 92 nomenclaturas diferentes presentes nos currículos de formação inicial em Educação Física. Entre elas as palavras “esporte” e “atividade física” são as que mais aparecem nas nomenclaturas das disciplinas e as mais comuns são “esporte de aventura” (43) e “esportes na natureza” (29). E referente a oferta de disciplinas voltadas às atividades de aventura (entre as 92 nomenclaturas), dos 1274 cursos de Educação Física, identificaram que 351 (27,5%) ofertam a disciplina em sua grade curricular, distribuídos em 203 cursos de bacharelado/graduação e 148 licenciatura.

Pereira, Romão e Camargo (2020) alegam, apoiados em outros estudos, que diversos fatores contribuíram para o crescimento da temática, como a popularização de modalidades como o skate, o surfe; a busca pelo contato com a natureza no tempo livre; o apelo midiático para as proezas de práticas arriscadas; o desenvolvimento tecnológico que tornaram materiais e equipamentos mais acessíveis à população de práticas de risco.

Entre conceitos de definições

O que encontramos na atualidade é uma diversidade de estudos referentes às práticas corporais de aventura e a Educação Física escolar e/ou formação profissional nesse campo entre outras temáticas, como Marinho e Schwartz (2005), Betrán e Betrán (2006), Pereira, Armbrust e Ricardo (2008), Franco (2008), Auricchio (2009), Pereira e Armbrust (2010), Tahara e Carnicelli Filho (2013), Inácio *et al.* (2016), Tahara e Darido (2016a; 2016b), Bungenstab *et al.* (2017), Corrêa e Souza Neto (2018).

Betrán (2003) refere-se as Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN) como um “novo” produto das empresas de turismo e do ócio em resposta as novas demandas de satisfação relacionadas a prática de atividades que contrasta com o trabalho e a vida do dia a dia durante o ano – assinala-se que elas foram apresentadas no setor turístico como um novo conceito de “ócio ativo”.

Marinho e Schwartz (2005, s.p) pontua as “atividades de aventura na natureza [...] como diversas práticas esportivas manifestadas, privilegiadamente nos momentos de lazer, com características inovadoras e diferenciadas dos esportes tradicionais”, bem como “há também a presença de inovadores equipamentos tecnológicos permitindo uma fluidez entre o praticante e o espaço destinado a essas práticas - terra, água ou ar”.

Já Uvinha (2001) alega que Esportes radicais devem estar relacionados de modo direto com a cultura adolescente, basicamente de duas formas: na primeira, atividades costumeiramente vivenciadas pelos adolescentes, sobretudo no campo do lazer, evocam a busca pela inovação, pela quebra com o tradicional, influenciando consideravelmente a criação do elemento “radical” nos esportes que, como vimos, arregimentam adeptos de vários segmentos etários; na segunda, os esportes radicais podem se constituir para o adolescente em uma ferramenta importante na busca de sua identidade, como um espaço extremamente significativo no qual ele pode experimentar a vida em grupo, a expressão de sentimentos, o gosto pela aventura, elementos esses característicos, porém não exclusivos, desta fase da vida (UVINHA, 2001).

Sobre as Práticas Corporais de Aventura na Natureza Inácio (2014) destaca que objetivam comumente a aventura e o risco, realizadas em ambientes distantes dos centros urbanos, notadamente espaços com pouca interferência humana, sejam estes - terra, água e/ou ar. Também se caracterizam por possuírem alto valor educativo e por uma busca do

(re)estabelecimento de uma relação mais intrínseca entre seres humanos e tudo que o cerca, o que pode culminar com algum avanço para superar a lógica mercadológica do/no lazer e com a instauração e/ou resgate de valores humanos como a cooperação e a solidariedade (INÁCIO, 2014).

Costa, Marinho e Passos (2007, p. 1) definem os esportes de aventura e esportes radicais, respectivamente, como

[...] esportes de aventura: o conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas em interação com a natureza, a partir de sensações e de emoções, sob condições de incerteza em relação ao meio e de risco calculado. Realizadas em ambientes naturais (ar, água, neve, gelo e terra), como exploração das possibilidades da condição humana, em resposta aos desafios desses ambientes, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental”.

[...] esportes radicais: o conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas a partir de sensações e de emoções, sob condições de risco calculado. Realizadas em manobras arrojadas e controladas, como superação de habilidades de desafio extremo. Desenvolvidas em ambientes controlados, podendo ser artificiais, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental” (COSTA; MARINHO; PASSOS, 2007, p. 1).

Sem estender demasiadamente nos conceitos, a BNCC (BRASIL, 2018) apresenta a temática “práticas corporais de aventura” a qual explora expressões e formas de experimentação corporal centradas nas perícias e proezas provocadas pelas situações de imprevisibilidade que se apresentam quando o praticante interage com um ambiente desafiador.

Neste documento optou-se por diferenciá-las com base no ambiente de que necessitam para ser realizadas: na natureza e urbanas. Tal divisão trouxe a seguinte descrição: as práticas de aventura urbanas exploram a “paisagem de cimento” para produzir essas condições (vertigem e risco controlado) durante a prática de *parkour*, *skate*, patins, bike etc. Já as práticas de aventura na natureza que se caracterizam por explorar as incertezas que o ambiente físico cria para o praticante na geração da vertigem e do risco controlado, como em corrida orientada, corrida de aventura, corridas de mountain bike, rapel, tirolesa, arborismo etc. (BRASIL, 2018).

Sem embargo, Inácio *et al.* (2016, p. 170), avança quando indicam as “possibilidades de (re)encantamento com o meio que nos cerca e de superação das propostas mercadológicas que vêm se agigantando em tais práticas”

Para além dos conceitos fica, também, evidente que com o avanço das diferentes tecnologias houve um crescimento na oferta de novas e diferentes PCA. Se voltarmos o olhar para década de 1970-1980 esse número era menor, como destacou Betrán (2003), com a identificação de 32 atividades.

Mediante os apontamentos anteriores é fato que o professor de Educação Física não vai ter domínio de todas as PCA ou mesmo de seus conceitos e nomenclaturas, mas é necessário que conheça a dinâmica dessas atividades, da mesma forma conhecer o cenário que pode ou não desenvolver esse tipo de atividade e logicamente que precisamos criar uma identidade profissional.

UMA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Referente à identidade profissional Corrêa e Souza Neto (2018) observaram que o profissional de Educação Física apresenta o perfil de alguém comprometido, dedicado, experiente, competente, que conhece a modalidade com a qual trabalha, identificado como um expert. Além disso, “o profissional de Educação Física deveria ter boa comunicação, experiência, dedicação, conhecimento, responsabilidade, competência no saber fazer e conhecimentos vinculados à elaboração e implementação de programas e serviços à população” (CORRÊA; SOUZA NETO, 2018, p. 119).

Nesse ínterim, nas propostas de preparação profissional em Educação Física, Corrêa e Souza Neto (2018, p. 119) verificaram a perspectiva de uma formação geral sólida e específica, “de modo que na identidade desse profissional consta como um de seus papéis ter conhecimento dos elementos específicos da área/campo como o ambiente de trabalho, neste caso a natureza”.

Talvez por essas e outras características, no Brasil temos, ainda, a dificuldade de encontrar profissionais de Educação Física para atuar nas PCA. Portanto, de forma geral, a identidade desse profissional poderia advir de ações realizadas anteriormente ao seu ingresso na faculdade, seja como prática de lazer ou esportiva. Ou seja, esse indivíduo traz alguns conhecimentos técnicos para a sua formação e já dentro do curso de formação inicial em Educação Física pode aprimorar e conhecer mais essas atividades.

Isso significa que durante o processo de formação a relevância de informações e conhecimentos que foram adquiridos anterior, durante e posteriormente a graduação em uma formação continuada permanente. Portanto, tal formação é importante, não podendo

ficar mais somente na prática. É fato e devemos reconhecer a prática, vivências e experiências desses “profissionais” que estão sob a lógica de preparação de mestre-discípulo.

Conforme afirmam Corrêa e Souza Neto (2018) não se ignora o conhecimento prático/técnico ou os “profissionais técnicos” que dominam a técnica de um determinado esporte/atividade na natureza, e que aprenderam esses conhecimentos na relação “mestre”/“discípulo”, a partir da observação e experiência e da atuação no mercado de trabalho.

Todavia, na atualidade não podemos mais nos fixar na tentativa erro/acerto, ou seja, torna-se necessário uma atuação responsável do profissional de Educação Física que muitas vezes vai propor “jogos, atividade física e outras práticas em parques, reservas ecológicas, trilhas, praias, montanhas etc., na perspectiva da educação ambiental” (MELO; ALMEIDA, 2007, p. 186).

Souza Neto *et al.* (2004, p. 123) observaram também que a profissão deve “estar comprometida com a prestação de um serviço; ter desenvolvido um corpo de conhecimento por meio da pesquisa; e esse conhecimento deve ser utilizado para melhorar a qualidade da prática” a fim de garantir uma maior segurança e minimizar os riscos à vida ou acidentes que porventura possam ocorrer durante a prática de uma determinada atividade.

É preciso, cada vez mais, fomentar o entrelaçamento da parte acadêmica/científica com a intervenção profissional, a fim de garantir uma prestação de serviço de qualidade, a partir da compreensão de temas que se entrelaçam como educação ambiental, sustentabilidade e vários outros fatores que vão influenciar o planejamento e realização das PCA.

Outro fator que influencia na identidade e atuação profissional são aqueles indivíduos que pensam só na questão financeira, sem nenhuma responsabilidade ou comprometimento com o que oferece e faz. E não por acaso, mas muitas vezes ocorrem acidentes por falta de formação técnica/acadêmica.

Corrêa, Hunger e Souza Neto (2014, p. 92) alegam que [...] são nestes espaços que os profissionais podem intervir, além do mais, questionamos quais atividades de aventura se aproximariam ou se afastariam da Educação Física, tendo em vista suas particularidades. Para esses autores e autora “cabe aos profissionais de Educação Física

compreender melhor as configurações que se estabelecem nessa temática e as suas interfaces e significados na sociedade contemporânea, levando-se em consideração a perspectiva histórica das diferentes atividades de aventura” (CORRÊA; HUNGER; SOUZA NETO, 2014, p. 92).

Pergunta que precisamos fazer constantemente é sobre as oportunidades e expectativas das PCA no território brasileiro, mediante a riqueza natural que há no nosso País. Muitas vezes estas atividades se encontram num processo de exploração econômica por parte do turismo, do lazer ou de práticas esportivas predatórias, que não têm nenhuma preocupação ambiental e com a localidade ou, ainda, pela invasão da agricultura que degrada o ambiente, trazendo alguns prejuízos para esses espaços, o que por sua vez são destruídos e deixam de ser uma opção para a vivência de PCA.

Podemos citar alguns exemplos da exploração predatória de determinadas regiões do País que tem o avanço do agronegócio, com a invasão e destruição de nascentes de água, queimadas de florestas como a Amazônica e de parte do Pantanal, desmatamento das margens dos córregos e rios. É urgente o cuidar desses espaços, pois temos um risco eminente de não ser mais possível a prática/vivências das PCA em lugares espalhados pelo País.

Avançando na temática, a natureza pode se constituir num espaço possível de convivência sob a perspectiva do lazer, da educação e/ou do esporte rendimento, com inúmeras maneiras de conhecer e vivenciar as PCA no espaço escolar ou fora dele.

A literatura mostra que a formação deve incorporar conhecimentos específicos da área, sendo imprescindível na construção dessa identidade, bem como perfil profissional. A identidade desse profissional deve ter conhecimento dos elementos específicos dessa área/campo como o ambiente de trabalho (a natureza) (CORRÊA; SOUZA NETO 2018). Tal como a aproximação com temas relacionados a educação ambiental e sustentabilidade, área natural (natureza) e área urbana, a inclusão dos conteúdos no currículo de graduação, a regulamentação e certificação das atividades, a capacitação profissional, o respeito e o envolvimento das comunidades locais, entre outros, necessita de debates nos cursos de formação inicial em Educação Física e na formação continuada.

Corrêa e Delgado (2017) alegam a necessidade de compreender as PCA em ambientes naturais e artificiais e buscar conhecimentos específicos sobre a temática. Assim, para esses autores a atuação profissional requer informações e conteúdos que

forneçam subsídios para o desenvolvimento de uma visão crítica e criativa referente às questões de educação ambiental, sustentabilidade, meio ambiente e na relação homem/natureza/espaço urbano.

AS PCA NAS ESCOLAS E FORA DELAS

Como pensar nas PCA, não só no contexto de dentro da escola, mas fora dele? Haveria chances de levar os estudantes a outros espaços e ambientes para além dos muros da escola? Nesse sentido, os professores de Educação Física poderiam propiciar aos estudantes a experimentação de atividades ao redor da escola, e ponderar quais seriam os locais viáveis para promover as PCA.

A exemplo disso, uma praça nas proximidades da escola e, talvez, ali pudesse se realizar o *slackline*, *skate*, abordar temas de educação ambiental ou outras atividades. Ou realizar visitas a parques onde os estudantes explorem esses espaços e equipamentos, como o Centro de Esportes Radicais de São Paulo, com opções variadas de atividades (*bicicross*, *skate*, *parkour*, circuito de arvorismo etc.); nessa mesma linha o Parque da Juventude Città Di Maróstica (São Bernardo do Campo/SP), que abriga diferentes modalidades de esportes radicais, entre elas: Skate, Patins, BMX e Escalada; em Boa Vista/RR a Praça das Águas com fontes luminosas, totens para carregar celular com energia solar, quadras poliesportivas, pista de skate, caminhada etc. e Parque do Rio Branco, fica as margens do rio, com elementos da fauna e flora Amazônica, com quadras de esportes, calçadões para prática de caminhadas, entre outros atrativos.

De repente a escola está na frente de locais como esses e o professor ou gestão ou família pensa “ah é difícil levar os alunos”, mas muitas vezes nem cogitou nem tentou ir com os alunos nesse local colocando empecilhos e desculpas para tal. Outras vezes, o profissional tenta muitas e muitas vezes só que esbarra em situações burocráticas, de autorização dos pais que pensam que seu filho vai cair, vai bater a cabeça e se machucar ou como será a segurança. Nesse quesito, talvez, crianças se machuquem da mesma forma em uma brincadeira como pega-pega ou futebol na escola.

Evidente que nesse cenário que envolve as PCA sempre as questões voltadas para o planejamento, minimização do risco, segurança e aplicação das atividades são quesitos obrigatórios que o professor deve considerar e refletir, principalmente, com os alunos no

envolvimento das ações que podem ser executadas, promovendo o protagonismo dos estudantes na sua formação sob o prisma da cultura corporal de movimento.

Então, cabe questionar quais seriam as PCA que poderiam ser realizadas no processo de ensino e aprendizagem, dentro e fora da escola, e, logicamente, como construir espaços possíveis de contato com a natureza ou urbano, levando em conta as perspectivas do lazer, esporte e da educação, numa perspectiva dialética e o resgate dos valores humanos (como respeito, solidariedade, honestidade, empatia, fraternidade, cooperação, ética etc.) construídos socialmente com intenção de garantir a convivência entre as pessoas de forma pacífica, honesta e mais justa.

Dessa maneira, o docente seria “responsável por elencar, selecionar e categorizar diferentes tipos de conhecimento que precisam ser convertidos em saber escolar, reconhecer sua importância para a formação humana, bem como planejar e acionar as formas mais adequadas de sua transmissão” (MARSIGLIA, MARTINS; LAVOURA, 2019, p. 12).

Portanto, segundo Corrêa, Lima e Delgado (2022, p. 288) “se faz necessário pensar nas formas de aplicar esses conteúdos nas aulas de EF considerando as características dos jovens do ensino médio” ou em qualquer outra etapa de ensino. Marsiglia, Martins e Lavoura (2019, p.12) alegam que compete ao trabalho educativo “a promoção de ações intencionais, planejadas e sequenciadas de forma a possibilitar que a unidade contraditória entre as especificidades do ensino e da aprendizagem ocorram”.

No Ensino Médio (EM) e nas outras etapas da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II), a Educação Física é “componente curricular obrigatório” (BRASIL, 1996), e nesse sentido, “os objetivos e práticas pedagógicas devem estar em consonância com a função social da escola” (CORRÊA; LIMA; DELGADO, 2022, p. 288) na busca por uma formação integral, crítica, criativa, transformadora, de emancipação e questionamento/rompimento do *status quo* vigente do sistema econômico e político estabelecido na sociedade contemporânea.

É preciso, assim, refletir sobre o ensino das práticas corporais de aventura nas aulas de Educação Física no Ensino Médio (EFEM) e, segundo Corrêa, Lima e Delgado (2022, p. 287), devemos atentar as possibilidades educativas dessas atividades nos espaços natural e urbano, reconhecendo-as de um lado “como fenômeno cultural presente

na sociedade, e por outro, adentrar no trabalho docente e nas intencionalidades pedagógicas dessas práticas como conteúdos de ensino”.

Significa que é possível e necessário “contextualizar e tratar as PCA como parte da cultura corporal de movimento, pelo fato de que tais práticas são manifestações corporais que fazem parte da história da humanidade” (TAHARA; DARIDO, 2015, p. 2).

Deve estar na pauta do dia, no processo de ensino e aprendizagem, das PCA o interesse e inserção das mulheres pela/na aventura, ou seja, promover, conforme pontua Schwartz *et al.* (2016) em “Estratégias de participação da mulher nos esportes de aventura” e Goellner (2005) em “Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história”.

Outro ponto importante, trata-se da inclusão de pessoas com deficiência (PcD) nas práticas corporais de aventura, mesmo que observado obstáculos como acessibilidade e preconceito, a deficiência não é um impedimento para sua realização, pois as PcD têm ocupado novos espaços, e entre eles o meio natural, pouco explorado por este grupo social (SILVA *et al.*, 2019). As PCA devem ser adaptadas para que haja a inclusão da pessoa com deficiência. Entendendo que cada vez mais as pessoas com deficiência estão se apropriando dessas possibilidades em diferentes instâncias como no caso da cidade de Socorro/SP que foi uma das pioneiras a ofertar o turismo adaptado para esse grupo de pessoas, desenvolvendo várias atividades que abrangem as diferentes deficiências.

Dado essas e outras possibilidades, Franco (2008) diz que é preciso incentivar a prática das Atividades Físicas de Aventura também na escola, o que significa estreitar relações com as discussões sobre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, dentro do trabalho pedagógico e o ensino das práticas corporais de aventura nas aulas de EFEM podemos começar a promover uma proposta e ação considerando três elementos: “o movimento corporal como elemento essencial; a organização interna, pautada por uma lógica específica; e o produto cultural, vinculado com o lazer/entretenimento e/ou o cuidado com o corpo e a saúde” (BRASIL, 2018, p. 213).

De acordo com a BNCC ressalta-se que as práticas corporais na escola devem ser reconstruídas com base em sua função social e suas possibilidades materiais, para Base as práticas corporais de aventura devem ser adaptadas às condições da escola, ocorrendo de maneira simulada, tomando-se como referência o cenário de cada contexto escolar.

Assim, como a delimitação das habilidades que privilegiam oito **dimensões de conhecimento: Experimentação; Uso e apropriação; Fruição; Reflexão sobre a ação; Construção de valores; Análise; Compreensão; Protagonismo comunitário.**

Nesse processo de construção, conforme destacado por Corrêa, Lima e Delgado (2022) devemos promover a contextualização histórica da atividade, debate sobre os equipamentos necessários, certificação e normatização, as vestimentas e o consumo, os movimentos, técnicas básicas, questões relacionadas ao risco e segurança, espaços, comunidade local. Tais reflexões pode favorecer ao aluno o “desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível” (BRASIL, 2018, p. 465).

Entre essas e outras considerações, a BNCC apresenta as práticas corporais de aventura urbanas (6º e 7º anos) e práticas corporais de aventura na natureza (8º e 9º anos) já no Ensino Fundamental. Como exemplo dessa abordagem a habilidade PCA urbanas (6º e 7º anos) - (EF67EF18) Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura urbanas, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais/ e a habilidade PCA natureza (8º e 9º anos) - (EF89EF21) Identificar as características (equipamentos de segurança, instrumentos, indumentária, organização) das práticas corporais de aventura na natureza, bem como suas transformações históricas (BRASIL, 2018).

Portanto, as habilidades apresentadas anteriormente e outras que constam na BNCC podem ser abordadas também no Ensino Médio, tendo em vista o que está previsto no documento, ou seja, trata-se de um aprofundamento das habilidades propostas para o Ensino Fundamental. Tais habilidades poderiam tranquilamente serem trabalhadas durante um semestre e não somente quatro ou seis aulas como prevê alguns currículos estaduais.

Muitas vezes os docentes e, principalmente, estudantes não têm tempo hábil de conhecer a PCA urbana ou na natureza, quanto mais vivenciá-las em quatro ou seis aulas. Dependendo do conteúdo ou da prática o professor(a) vai levar mais tempo. A exemplo disso se fosse trabalhado apenas uma das habilidades de experimentar e fruir diferentes PCA urbanas e na natureza como seria a sua dinâmica em quatro aulas apenas? Que tipo de atividade eu poderia desenvolver com os estudantes? Como vai ser a experimentação

e fruição dessas atividades? Como refletir sobre a segurança e integridade física? Debater sobre o patrimônio natural e os impactos de degradação ambiental? O que devemos levar em consideração referente a história, entre outros?

Assim, poderíamos fazer um rapel com os estudantes no ginásio ou quadra coberta da escola? Quais seriam os itens de segurança que devemos considerar ou equipamentos para a vivência do rapel? A escola disponibiliza os materiais e equipamentos necessários como “cadeirinha”, cordas adequadas, mosquetão, fitas, capacete etc.? E, alguns pontuariam que a realização da atividade exigiria um investimento alto, ou seja, tem um custo para executar e experimentar a atividade. Mas, não teria um custo elevado alguns tipos de ginástica com aparelhos (cavalo/plinto, barras paralelas, trave ...) ou o voleibol (rede, bolas ...)?

Todavia, seguindo o exemplo do rapel, qual o risco de fazer uma ancoragem no teto do ginásio ou quadra? Teria suporte necessário? Quais normas técnicas são necessárias seguir para realizar o rapel indoor? Enfim, cada realidade tem suas particularidades e devem ser consideradas ao planejar e executar uma PCA.

Mediante as considerações elencadas até esse momento, as PCA não podem ser entendidas com um único viés ou apenas pela vertente de “novos produtos” do mercado de consumo como parte de um mix atrativo envolvendo Turismo; Lazer; Natureza; Esporte; Aventura; Exercícios e atividades físicas.

Ao observar, por exemplo, as pessoas que andam de bicicleta (os bikers) individualmente ou em grupos, na área urbana ou natural, devemos entender se é ou não um modismo, uma questão do lazer consumo ou um processo crítico e criativo do lazer, educação para e pelo lazer ou, ainda, sob a égide do esporte rendimento etc. E como isso se estabelece nas PCA e no contexto escolar. Também urge a necessidade de discutir essas indagações com os alunos para que não se tornem indivíduos alienados, muitas vezes, induzidos por diferentes canais de comunicação e pela indústria de produtos esportivos, entre outros.

Ainda que permeadas pelas contradições e limitações, Paixão (2017, p. 174) alega que

[...] as práticas corporais na natureza que se manifestam nas diferentes modalidades do esporte de aventura podem apresentar-se como um poderoso aliado na dimensão preservacional do meio ambiente, num processo cujo ponto de partida se dará pela reestruturação do binômio homem-natureza.

Além disso, a inserção das práticas corporais de aventura na escola justifica-se, segundo Franco, Tahara e Darido (2018, p. 67), “pelo fato delas poderem estimular emoções e experiências únicas aos alunos, ao depararem com vivências não tão habituais no desenvolvimento das aulas, além da chance em proporcionar aos educandos a superação de limites pessoais em situações de risco controlado”.

Com a consolidação da BNCC, as práticas corporais de aventura urbanas ou na natureza estão “cada vez mais presentes na Educação Básica e nas propostas escolares, quando houver a devida contextualização e abordagem dos conteúdos pertencentes à Educação Física escolar” (FRANCO; TAHARA; DARIDO (2018, p. 72).

Inácio *et al.* (2016) alegam que a partir do crescimento da divulgação das atividades de aventura, as mesmas passaram a ser pensadas como meio de inovação para as aulas de Educação Física. Por sua vez, o conteúdo atividade de aventura “é muito bem recebido pelos alunos adolescentes e permite uma ampla gama de possibilidades interdisciplinares, tendo muita chance de sucesso em outras escolas” (FRANCO, 2008, p. 11).

As atividades deveriam ser entendidas e abordadas em seu conteúdo histórico, valorização regional e relação homem-natureza; a relação Educação e PCA; Meio Ambiente; Sustentabilidade, Lazer e Educação Ambiental; as atividades desenvolvidas (skate, parkour, corrida de orientação, canoagem, escalada, cavalgada, caminhada, rapel); técnicas de cada modalidade, equipamentos, tecnologia e materiais; locais de prática; segurança e risco; planejamento pedagógico das atividades; mapeamento da modalidade na cidade/região; normas e certificações; metodologia de ensino; relação e respeito comunidade local. Portanto, as atividades de aventura

[...] podem oferecer novos e significativos desafios tanto para os alunos quanto para os professores, podendo ser compreendidos como vivências capazes de contemplar os princípios norteadores da cultura corporal de movimento, apresentando-se como um tema de grande relevância para o desenvolvimento das aulas de Educação Física escolar (TAHARA; DARIDO, 2016a, p. 115).

Tahara e Carnicelli Filho (2013, p. 62), as atividades podem promover “motivações e interesses diversificados entre os alunos ao participarem das aulas de Educação Física”, conseqüentemente, “existindo curiosidade e satisfação naquilo que a prática possa proporcionar em termos de sensações e emoções individuais que podem ser compartilhadas com o grupo, como a percepção de liberdade, o ineditismo na vivência, a questão dos riscos sob controle, entre outros”.

Delgado (2005) apresenta que em diferentes locais, seja na grade curricular das universidades ou nas aulas de Educação Física Escolar, o docente, além de fomentar um conhecimento teórico, deve utilizar os recursos visuais e apresentar vídeos referente à atividade em questão, bem como trazer pessoas da comunidade (especialistas em alguma modalidade) que possam colaborar, demonstrar e dar depoimentos sobre ela, e se possível, realizá-la na prática, adaptando-a, se necessário. Igualmente, o “professor de Educação Física se atentar ao que a regionalidade e o entorno da escola permitem, se constituindo assim, como um prolongamento da escola e das aulas” (CORRÊA; LIMA; DELGAGO, 2022, p. 299).

Entretanto, vale destacar, também, que a “maioria dos docentes de EF, provavelmente, diria ser muito difícil - se não impossível, trabalhar tais conteúdos na escola” (INÁCIO *et al.* 2016, p. 175).

Todavia, são muitas as razões para incluirmos as PCA na escola, dentre elas, Franco (2008) destaca: alinhar a Educação Física com as propostas de preservação ambiental; expor um conteúdo pouco explorado na escola, mas bem difundido pela mídia e presente na sociedade; tornar as aulas mais interessantes, haja vista a situação atual das aulas de Educação Física na escola; tratar valores relacionados à cultura corporal de movimento, tais como: respeito às diferenças e limites do outro, cooperação, desenvolvimento de diversas habilidades motoras, superação dos próprios limites, entre outros (FRANCO, 2008, p. 38-39).

Dessa maneira, promover as PCA na escola, no Ensino Médio, nas aulas de Educação Física possibilita aos estudantes, de acordo com a BNCC, “explorar o movimento e a gestualidade em práticas corporais de diferentes grupos culturais e analisar os discursos e os valores associados a elas, bem como os processos de negociação de sentidos que estão em jogo na sua apreciação e produção” (BRASIL, 2018).

A vivência das PCA é intrínseco a cada indivíduo, ou seja, as sensações e emoções provocadas pelas práticas são exclusivas de cada pessoa, saber respeitar o seu corpo, calcular os possíveis riscos e garantir a segurança, compreender e ter cuidado necessário com ambiente local e estabelecer parceria com as comunidades locais, respeitando suas tradições e cultura.

Para Pereira, Romão e Camargo (2020) é preciso olhar para o futuro devido a uma crescente demanda na busca da prática da aventura, mesmo que ainda não esteja enraizada

na cultura escolar. Neste estudo os autores observaram a dificuldade de implementar o conteúdo da aventura na escola, mas por outro lado, entendem que a aventura na escola pode desenvolver aspectos psicomotores, o conhecimento da cultura, uma aprendizagem que vai além dos muros escolares e num ambiente de ludicidade.

A inclusão de “novos” conteúdos nas aulas de Educação Física escolar demanda (re)conhecer a escola e/ou grupo de estudantes e docentes, os conteúdos e atividades a serem planejados e desenvolvidos. Assim, cabe aos docentes de Educação Física saber os objetivos da escola vinculados a PCA, a Educação Ambiental e Sustentabilidade. Pois essas atividades não podem ser apenas para mudar o cotidiano da escola ou somente como entretenimento dos alunos, mas para a emancipação dos estudantes, com uma formação integral.

Nas trilhas de um repertório de PCA

O profissional de Educação Física, como um dos intermediadores das PCA em diferentes ambientes como nas escolas, em clubes sócio recreativos, empresas de Turismo, nas academias de ginástica, entre outros, como espaços representativos deste novo olhar sobre as diferentes atividades que envolvem a aventura. Oferecendo à população uma variedade de oportunidades, atentando para o papel dos esportes radicais presentes no programa olímpico como a canoagem slalom, ciclismo BMX, mountain bike, skate, escalada esportiva e o surfe.

A partir desses breves apontamentos, Tahara e Darido (2016a) pontuam que há possibilidades de se conseguir oportunizar uma determinada prática corporal de aventura aos alunos, uma vez que essas práticas compreendem uma série de modalidades em si (aquáticas, terrestres ou aéreas/na natureza ou em meio urbano).

Torna-se necessário a inclusão, segundo Alves e Corsino (2013), nos currículos escolares de atividades contemporâneas e desafiadoras, possibilitando a diversificação de conteúdos e, conseqüentemente, uma maior participação de alunos e alunas.

Com vistas a ampliar nosso olhar para as PCA na escola apresento algumas atividades que poderão ser aplicadas e adaptadas a cada realidade, seja no contexto do lazer, esporte e/ou educação, como parte do repertório do professor de Educação Física na escola.

Ao pensarmos sobre as PCA no âmbito escolar, podemos iniciar uma conversa com os estudantes sobre os esportes alternativos e práticas corporais de aventura, se já viram ou assistiram alguma atividade, os interesses e o que entendem sobre a temática etc. Para Franco (2008, p. 51) “o sucesso dessa ou daquela A.F.A. (atividade física de aventura) dependerá, então, de vários fatores, tais como: características da comunidade escolar; conhecimento e empenho do docente; relacionamento com a direção e/ou chefia; estrutura física da escola; possibilidades de adaptações, etc.” (FRANCO, 2008, p. 51).

Nesse sentido, podemos desenvolver nas aulas de Educação Física o bicicross, *skate*, *parkour*, escalada esportiva *indoor*, *slackline*, patins, cicloturismo na escola como alternativa para a execução de um projeto de educação ambiental, corrida de regularidade, *trekking*.

No caso da corrida de aventura, *trekking* ou corrida de regularidade podemos trabalhar com os alunos a construção de planilhas onde estão desenhadas e escritas informações com as respectivas indicações de distância, referência com símbolos com a direção a seguir, observações. As quais podem ser abordadas de maneira interdisciplinar com professores de Educação Física, Geografia e Matemática. É possível promover uma corrida de aventura reduzida aos arredores ou mesmo dentro da escola, com uma planilha de forma simplificada elaborada em conjunto com os estudantes para que percorram um determinado trajeto. Ou, ainda, utilizar recursos tecnológicos como uso do celular e do Google Earth com a construção de um trajeto nas proximidades da escola, praça, parque ou cidade com pontos de controle.

Talvez seja viável uma parede de escalada na escola, as vezes tem um muro ou parede resistente para fixação direta de agarras ou placas de madeira com as agarras formando um local para escalada e rapel. Lembrando que se deve realizar um levantamento técnico de profissionais habilitados e posterior autorização para montagem dessa parede de escalada.

Outras opções seriam o *skate* e *parkour*, com movimentos básicos de iniciação, com montagem de pista ou circuito construídos para essa finalidade ou com materiais alternativos; visita a uma pista no bairro ou na cidade; talvez tenha o pai/mãe/responsável de um estudante que saiba construir ou montar uma pista móvel de *skate* e voluntariamente ele faça isso em um determinado espaço livre da escola. Criar estações de (mini)arvorismo ou locais para ancoragem de *slackline*/falsa baiana que podem ter um

custo baixo em relação a outras modalidades de aventura. Reforçando a prerrogativa de sempre ter o apoio e autorização de profissionais e órgãos competentes para cada situação, principalmente, quando envolver construção, normatização e certificação.

Da mesma maneira, a atividade proposta por Tahara e Darido (2016b) de um relato de experiência de Gonçalves Júnior *et al.*, citam a modalidade do cicloturismo na escola como alternativa para a execução de um projeto de educação ambiental com alunos da educação básica em São Carlos/SP. A intervenção ocorreu em uma escola de ensino fundamental na referida cidade e, diante da análise dos registros produzidos, percebe-se que o tema gerou interesse dos alunos, suscitou a construção de reflexões significativas sobre a temática ambiental e a possibilidade de usufruto da bicicleta como meio de transporte para o trabalho e para o lazer das pessoas.

Franco (2008, p. 47) propõe as modalidades presentes no Montanhismo, o conteúdo foi definido, no decorrer dos dois primeiros anos, com o nome personalizado de Montanhismo Selvagem, cuja definição levantada pelos próprios alunos, junto com o professor, ficou assim: “Trata-se de uma atividade de aventura que envolve uma série de conhecimentos técnicos específicos, preparação prática e psicológica, para realizar uma incursão ao campo (montanhas, florestas, etc.) e superar os vários tipos de obstáculos naturais com segurança, preocupação ecológica e mínimo impacto ambiental”. Adaptamos o conteúdo e os equipamentos disponíveis à estrutura da escola e demos início às atividades. A estrutura física da escola era simples e constava de duas quadras descobertas, dois pátios cobertos e um pequeno barranco gramado de cerca de 4 metros de altura, onde pudemos simular técnicas verticais. Utilizamos também o espaço de uma sala de aula, com acesso a retroprojektor e/ou projetor Datashow.

Além desses exemplos encontramos, na atualidade, uma pluralidade de outras propostas de atividades que auxiliam a compreensão de questões relativas ao meio ambiente, a reciclagem e a natureza, assim como atividades adaptadas de alguns esportes na natureza e no urbano como: a Centopeia Radical por Terezani (2010, p. 80), Corrida de regularidade por Stoppa e Delgado (2006, p.79), aula adaptada de *stand up paddle* com garrafas pet desenvolvida por Zagare (2015). Tal como as produções de Schwartz (2004), “Educação Física no Ensino Superior: atividades recreativas”; Marcellino (2007; 2010) Lazer e Recreação: Repertório de Atividades por Ambientes - vol. I e II, respectivamente.

Nesse mesmo sentido, indicamos para consulta e levantamento de informações e posterior debate com os estudantes Congresso Brasileiro de Atividade de Aventura (CBAA); a Escola de Aventuras (projeto do Grupo de Estudos do Lazer – coordenado pelo Prof. Dr. Giuliano Gomes de Assis Pimentel) que atende pessoas das mais diferentes idades e características físicas que queiram aprender – com segurança – atividades de aventura para usufruto de seu tempo livre; *Adventure Sports Fair* – um dos principais eventos de esporte e turismo de aventura; XGAMES – é um evento mundial de esportes radicais de inverno e verão, com diferentes modalidades.

Para saber mais, entre uma diversidade de estudos e pesquisas, livros e artigos, você pode consultar as produções: “Aprendendo práticas corporais de aventura na Educação Física: da escola e a universidade”, organizado por Finardi e Ulasowicz (2022); “Unidade didática para o ensino das práticas corporais de aventura no ensino médio integrado” dissertação (mestrado) escrita por Silva Junior (2020); Scopel, Fernandes, Retamal, Pimentel, Noda e Santos (2020) com a produção “Atividades físicas alternativas: práticas corporais de aventura”, já o livro “Atividades de aventura: vivências para diferentes faixas etárias”, elaborado por Figueiredo *et al.* (2018); “Pedagogia da Aventura na escola: proposições para a Base Nacional Comum Curricular”, elaborado por Pereira (2019); “O Esporte de Aventura no Currículo da Educação Física Escolar”, por Paixão (2018); “Atividades e esportes de aventura para profissionais de Educação Física”, organizado por Bernardes (2013); e disponível online diversas atividades em Atlas do Esporte (DA COSTA, 2006) e seus respectivos autores.

Tem-se, com isso, alternativas para planejar, organizar, desenvolver, inserir, experimentar e vivenciar as PCA nas aulas de Educação Física escolar. Como docentes devemos nos preparar e ficar prontos para novas aventuras pensando nas mais diferentes possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresentou um quadro referentes a algumas informações, reflexões e possibilidades sobre as PCA nas aulas de Educação Física escolar, especificamente, mas não exclusivo, do Ensino Médio.

O professor de Educação Física por meio desses apontamentos poderá refletir com os alunos as diferentes possibilidades das PCA, as relações do corpo com a natureza nos

mais diversos ambientes – naturais e artificiais –, bem como despertá-los para uma melhor consciência corporal, uma vez que muitas crianças, dado o envolvimento com as tecnologias, têm dificuldades de locomoção, por exemplo “não sabe correr”, sendo essa uma habilidade básica do ser humano.

Portanto, praticar atividades de aventura como: escalar “paredões” de pedra em uma montanha, descer rios, voar, navegar no mar é mais do que uma simples prática. É mergulhar num mundo de imagens, de crenças, de símbolos, de sonhos, de aventura, emoções, prazer, enfim, de representações. E como o risco controlado, segurança, aventura e a cultura corporal de movimento se manifestam no âmbito das “novas” ou “velhas” configurações que estão em jogo na sociedade contemporânea, seja na perspectiva do lazer, do esporte ou da Educação.

É necessário que as escolas se constituam como um espaço de reflexão, prática e vivência das práticas corporais de aventura, e que os estudantes consigam levar para fora de seus muros, seja no momento de lazer com a família e amigos ou como atleta de alto rendimento ou como profissional que vai atuar nessa área. Ter em mente o comprometimento ético-ambiental, com Educação Ambiental e Sustentabilidade.

Os estudantes e docentes devem compreender que os diferentes saberes estão em constante transformação, para que possam agir e posicionar-se criticamente na sociedade, em âmbito local e global. Isso significa que, entre fatores favoráveis e contrários, as diversas possibilidades e abordagens das PCA dentro do contexto escolar devem fomentar à reflexão crítica a respeito das relações da cultura corporal de movimento, mídia, economia, política, meio ambiente natural e urbano e o consumo.

Por fim, é cada vez mais pertinente, na sociedade contemporânea, trazer para o debate com os estudantes as possibilidades de utilização dos espaços públicos e privados com intuito de exercer a cidadania e seu protagonismo dentro e fora da escola, permitindo-lhes explorar e expandir o repertório de vivências perante a multiplicidade de PCA e outras atividades da cultura corporal do movimento. Para que isso ocorra é preciso incentivar, formar e capacitar o professor de Educação Física, desenvolver novos estudos e pesquisas sobre as diferentes temáticas que envolvem as PCA para que assim sejam ofertadas aos seus estudantes vivências diversificadas no âmbito do lazer, esporte e educação.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. S. R.; CORSINO, L. N. O *parkour* como possibilidade para a educação física escolar. **Motrivivência**, Ano XXV, Nº 41, P. 247-257 dez./2013.

AURICCHIO, J. R. Escalada na Educação Física Escolar: Orientação adequada para a prática segura. **Lectures: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires - Año 14 – n. 139 - Diciembre de 2009.

BERNARDES, L. A. (Org.). **Atividades e esportes de aventura para profissionais de Educação Física**. São Paulo: Phorte, 2013.

BETRÁN, J. O. Las actividades físicas de aventura en la naturaleza: análisis sociocultural. **Apunts: Educación Física y Deportes**. Barcelona, n. 41, p. 5-8, 1995.

BETRÁN, J. O. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades de aventura na natureza. *In*: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Org.). **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003.

BETRÁN, J. O; BETRÁN, A. O. Propuesta de una clasificación taxonómica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza. Marco conceptual y análisis de los criterios elegidos. **Apunts: Educación Física y Deporte**, 41(3), p. 108-23, 1995.

BETRÁN, J. O.; BETRÁN, A. O. Proposta pedagógica para as atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) na Educação Física do Ensino Médio. *In*: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Org.). **Viagens, Lazer e Esporte: o espaço da natureza**. Barueri: Manole, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRUHNS, H. T. (Org.). **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003.

BUNGENSTAB, G. C. *et al.* Educação Física no ensino médio: possibilidades de ensino das práticas corporais (de aventura). **Corpoconsciência**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 29-40, 2017.

CORRÊA, E. A.; HUNGER, D.; SOUZA NETO, S. Educação física e atividades de aventura: uma questão emergente na formação e intervenção profissional. *In*: METZNER, A. C.; DRIGO, A. J.; CESANA, J. **Temas emergentes em educação física: educação, esporte e saúde**. Curitiba: CRV, 2014.

CORREA, E. A.; DELGADO, M. Atividades de aventura nos currículos de formação inicial em Educação Física no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 114–135, 2021.

CORRÊA, E. A.; DELGADO, M. **Atividades e esportes não convencionais no contexto escolar**. 1. ed. Taubaté: Editora da Universidade de Taubaté - EDUNITAU, 2017.

CORRÊA, E. A.; LIMA, D. T.; DELGADO, M. Atividades de aventura nas aulas de Educação Física do Ensino Médio. In: FINARDI, F.; ULASOWICZ, C. (Org.). **Aprendendo práticas corporais de aventura na Educação Física: da escola e a universidade**. Curitiba: CRV, 2022.

CORRÊA, E. A.; SOUZA NETO, S. **As atividades de aventura e a Educação Física: formação, currículo e campo de atuação**. 1. ed. São Paulo: CREF4/SP, 2018.
COSTA, V. L. M.; MARINHO, A.; PASSOS, K. C. M. Esportes de aventura e esportes radicais: propondo conceitos. **Motriz**, Rio Claro, v. 13, n. 2, maio/ago. 2007.

DA COSTA, L. (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Confef, 2006.

FIGUEIREDO, J. P.; DIAS, V. K.; SILVA, R. L.; SCHWARTZ, G. M. **Atividades de aventura: vivências para diferentes faixas etárias**. São Paulo, Supimpa, 2018.

DELGADO, M. Práticas corporais alternativas: a inclusão na grade curricular da Educação Física. In: **Anais...** Encontro Nacional de Recreação e Lazer. Campo Grande-MS. XVII ENAREL, 2005.

FINARDI, F.; ULASOWICZ, C. (Org.). **Aprendendo práticas corporais de aventura na Educação Física: da escola e a universidade**. Curitiba: CRV, 2022.

FRANCO, L. C. P. **Atividades físicas de aventura na escola: uma proposta pedagógica nas três dimensões do conteúdo**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, UNESP, 2008.

FRANCO, L. C. P.; TAHARA, A. K.; DARIDO, S. C. Práticas corporais de aventura nas propostas curriculares estaduais de Educação Física: relações com a Base Nacional Comum Curricular. **Corpoconsciência**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 66-76, 2018.
GOELLNER, S. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a Prática**, v. 8, n. 1, p. 85-100, jan./ jun., 2005.

INÁCIO, H. L. D. Práticas Corporais de Aventura na Natureza. In: GONZÁLEZ, F.; FENSTERSEIFER, P. (Org.). **Dicionário Crítico de Educação Física**. 3ed. Ijuí: Unijuí, v. 01, p. 531-535, 2014.

INÁCIO, H. L. D. *et al.* Práticas corporais de aventura na escola: possibilidades e desafios – reflexões para além da Base Nacional Comum Curricular. **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 168-187, set. 2016.

INÁCIO, H. L. D. Proposta de classificação das práticas corporais de aventura para o ensino na educação física escolar. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, vol. 43, 2021.

MARCELLINO, N. C. (Org.) **Lazer e Recreação: Repertório de Atividades por Ambientes - vol. I**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

MARCELLINO, N. C. (Org.) **Lazer e Recreação**: Repertório de Atividades por Ambientes- vol. II. Campinas, SP: Papirus, 2010.

MARCUSCHI, L. A. **Da Fala para a Escrita**: Atividades de Retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

MARINHO, A. Da aceleração ao pânico de não fazer nada: corpos aventureiros como possibilidades de resistência. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Org.). **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003.

MARINHO, A.; SCHWARTZ, G. M. Atividades de aventura como conteúdo da educação física: reflexões sobre seu valor educativo. **Lectures: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, ano 10, n. 88, set., 2005.

MARSIGLIA, A. C.; MARTINS, L.M.; LAVOURA, N. T. Rumo à outra didática histórico-crítica: superando imediatismos, logicismos formais e outros reducionismos do método dialético. **Revista HISTEDBR ON-LINE**, Campinas, v.19 p. 1-28, 2019.

MELO, C. K.; ALMEIDA, A. C. P. C. Nas trilhas da relação educação física – meio ambiente. In: ALMEIDA, A. C. P. C.; DACOSTA, L. P. (Ed.). **Meio ambiente, esporte, lazer e turismo**: estudos e pesquisas no Brasil, 1967-2007. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2007. v. 1. p. 181-191.

MUNSTER, M. A. V. **Esportes na natureza e deficiência visual**: uma abordagem pedagógica. 2004. 332 p. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PAIXÃO, J. A. Esporte de aventura como conteúdo possível nas aulas de Educação Física escolar. **Motrivivência**, v. 29, n. 50, p. 170-182, maio/2017.

PAIXÃO, J. A. **O Esporte de Aventura no Currículo da Educação Física Escolar**. Viçosa: Editora UFV, 2018.

PEREIRA, D. W. **Pedagogia da Aventura na escola**: proposições para a Base Nacional Comum Curricular. 1. ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2019.

PEREIRA, D.W.; ARMBRUST, I. **Pedagogia da aventura**: os esportes radicais, de aventura e de ação da escola. Jundiaí: Fontoura, 2010.

PEREIRA, D. W.; ARMBRUST, I; RICARDO, D. P. Esportes radicais, de aventura e ação: conceitos, classificações e características. **Revista Corpoconsciência**, Santo André, vol. 12, n. 1, pág. 18-34, jan/jun 2008.

PEREIRA, D. W.; ROMÃO, S. P.; CAMARGO, A. A. S. A aventura como desafio aos professores de educação física. **Corpoconsciência**, Cuiabá-MT, vol. 24, n. 3, p. 36-46, set./ dez., 2020.

SCHWARTZ, G. M. (Coord.) **Educação Física no Ensino Superior**: atividades recreativas. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara Koogan, 2004.

SCHWARTZ, G. M. *et al.* Estratégias de participação da mulher nos esportes de aventura. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 38, n. 2, p. 156-162, 2016.

SCOPEL, A. J.; FERNANDES, A. V.; RETAMAL, F. C.; PIMENTEL, G. G. A.; NODA, L. M.; SANTOS, S. **Atividades físicas alternativas**: práticas corporais de aventura. 1. ed. Curitiba-PR: Intersaberes, 2020.

SERRANO, C. A educação pelas pedras: uma introdução. In: SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000.

SILVA JUNIOR, E. P. **Unidade didática para o ensino das práticas corporais de aventura no ensino médio integrado**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do sertão pernambucano, Campus Salgueiro, Salgueiro - PE, 114f., 2020.

SILVA, D. P.; SILVA, P. R. P. de F.; SOUZA, J. V. de; COTES, M. Atividade Física de Aventura na Natureza para Pessoas com Deficiência. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 268–296, 2019.

SOUZA NETO, S. *et al.* A formação do profissional de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004.

STOPPA, E. A.; DELGADO, M. A Juventude e o Lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Lazer e Recreação**: Repertório de Atividades por Fases da Vida. Campinas, SP: Papirus, 2006.

TAHARA, A. K.; CARNICELLI FILHO, S. A presença das atividades de aventura nas aulas de Educação Física. **Arquivo de Ciências do Esporte**, v.1, n.1, p.60-66, 2013.

TAHARA, A. K.; DARIDO, S. C. Diagnóstico entre a relação das práticas corporais de aventura e a Educação Física escolar. **Corpoconsciência**, Cuiabá-MT, vol. 19, n.01, p. 01-10, jan/abr 2015.

TAHARA, A. K.; DARIDO, S. C. Diagnóstico entre a relação das práticas corporais de aventura e a Educação Física escolar. **Corpoconsciência**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 1-10, 2016a.

TAHARA, A. K.; DARIDO, S. C. Práticas corporais de aventura em aulas de educação física na escola. **Conexões**, Campinas, SP, v. 14, n. 2, p. 113–136, 2016b.

TEREZANI, D. R. Propostas de Animação Relacionadas a Esportes Radicais. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Lazer e Recreação**: Repertório de Atividades por Ambientes- vol. II. Campinas, SP: Papirus, 2010.

UVINHA, R. R. **Juventude, Lazer e Esportes Radicais**. São Paulo. Manole, 2001.

UVINHA, R. R. (Org.). **Turismo de aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2005.

ZAGARE, T. Aula adaptada de stand up paddle com garrafas pet nas aulas de educação física. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 79–95, 2015.